

O REALISMO IDEALISTA DE KANT

KANT'S IDEALIST REALISM¹

Sílvia ALTMANN²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em sua crítica ao Quarto paralogismo da psicologia racional na primeira edição da *Crítica da razão pura*, Kant oferece uma resposta ao que ele chama de idealismo problemático, posição que sustenta a impossibilidade da certeza da existência de coisas fora de nós. Nessa resposta, Kant distingue dois sentidos de “fora de nós”, transcendental e empírico: algo transcendentemente externo ou fora de nós seria algo que existe como coisa em si mesma distinto de nós; algo empiricamente externo ou fora de nós é algo no espaço. Kant insiste que os objetos empiricamente externos são, tanto quanto os empiricamente internos, transcendentemente internos e, como tais, representações, sendo sua existência tão certa quanto a de nossas representações do sentido interno.

Dada essa afirmação, não parece surpreendente que críticos contemporâneos a Kant tenham identificado sua filosofia com um idealismo segundo o qual a única certeza é a da existência de seres pensantes e suas representações. Kant, contudo, se surpreende com essa acusação e procura responder diretamente a essas críticas em trechos dos *Prolegômenos*.

A segunda edição da *Crítica da razão pura* reformula em grande parte a seção dos paralogismos, sendo que o quarto paralogismo em particular recebe uma formulação aparentemente muito distinta da que encontramos na primeira edição. Além disso, essa segunda edição introduz, na Analítica transcendental, uma nova seção, intitulada Refutação do idealismo. A questão sobre se essas alterações na segunda edição implicam somente um acréscimo ou, ao contrário, uma revisão da posição kantiana em relação às afirmações da primeira edição tem sido objeto de extenso debate na literatura secundária, e o exame dessa questão é fundamental para a compreensão da natureza do idealismo transcendental kantiano, em particular de suas pretensões realistas.

Pedro Rego procura dividir as interpretações em dois blocos: “fenomenismo” e “idealismo realista”. Conforme o autor, fenomenismo seria a “linha interpretativa da refutação kantiana do idealismo para a qual refutar o idealismo significa exclusivamente provar que existem

<https://doi.org/10.36311/2318-0501.2024.v12n1.p159>

representações fenomênicas objetivas num espaço objetivo”. Já o idealismo realista seria a “leitura que vê em algum momento do projeto refutativo de Kant a convicção de que só se refuta de fato o idealista material cartesiano provando que toda externalidade fenomênica e representacional repousa sobre a base de uma existência efetiva extra-representacional”.³ Mais especificamente, o fenomenismo sustentaria que Kant jamais pretendeu provar a existência de algo fora de nós em sentido transcendental, aceitando que tudo que podemos conhecer são representações, e a segunda, que Kant só pode ser dito um realista em algum sentido se pretender ter provado a existência de algo transcendentemente externo a nós.

Gostaria de sugerir que a posição kantiana deveria receber algo como o rótulo de “realismo idealista”,⁴ diferente tanto do “fenomenismo” quanto do “idealismo realista” (se pelo primeiro entendemos a redução dos objetos materiais a estados de sujeitos de representação e pelo segundo, a pretensão de prova de algo transcendentemente externo ao sujeito de representações).⁵ A peculiaridade da posição kantiana, que procurei nomear pelo rótulo “realismo idealista”, seria a tese segundo a qual os objetos espaciais são “representações” em um sentido e “extra-representacionais” em outro sentido: objetos espaciais são puramente fenomênicos (e, portanto, não se pode dizer que são transcendentemente externos e, sim, que são meras “representações” em sentido transcendental) mas são, por outro lado, “extra-representacionais” (por serem empiricamente externos e, portanto, *irredutíveis* a determinações do sentido interno).⁶ Isso, por si só, beira a trivialidade pois, uma vez que Kant insiste em dois sentidos de “interno” e “externo”, não surpreende que seja necessária a distinção entre dois sentidos de “representação”. O que procurei sugerir é que, dados esses dois sentidos, Kant pode pretender distinguir-se do “fenomenismo” sem aceitar o rótulo de “idealismo realista” tal como caracterizado acima. Procurarei mostrar que *recusar* que objetos externos (fenômenos espaciais) possam ser provados “fora de nós” no sentido de “algo que existe como coisa em si mesma distinta de nós” (A373) *não* implica que os objetos externos (os fenômenos espaciais) possam ser “algo que existe como coisa em si mesma idêntica a nós”.

A primeira seção deste texto é dedicada a apresentar alguns trechos centrais das críticas kantianas ao idealismo que naturalmente ensejam a posição à qual pretendo me contrapor, isto é, a interpretação segundo a qual a primeira edição da *Crítica da razão pura* pretendia refutar o idealismo através de um fenomenismo e que Kant, reconhecendo as deficiências dessa estratégia, passa a perseguir a prova da existência de algo transcendentemente externo. No final dessa seção, procuro oferecer algumas indicações de por que essa interpretação naturalmente ensejada talvez deva ser questionada. A segunda seção tratará do sentido no qual podemos ou não dizer que a percepção de um objeto externo é imediata, esclarecimento necessário para compreender em que sentido a existência de objetos do sentido externo não é, segundo Kant, meramente inferida. A terceira seção procurará, apoiando-se sobretudo na idealidade do sentido *interno*, indicar de que modo um mero dualismo empírico é suficiente para recusar que talvez tudo que exista sejam seres pensantes e suas representações.

CRÍTICAS KANTIANAS AO IDEALISMO

Na seção da *Crítica da razão pura* intitulada “Dos Paralogismos da razão pura”, Kant faz uma crítica à psicologia racional, procurando mostrar que as pretensões da psicologia racional apoiavam-se em silogismos que eram, na verdade, paralogismos (falácias formais por conterem um termo equívoco).

Na primeira edição da *Crítica*, o Quarto paralogismo tem um caráter particular. Em primeiro lugar, ele parece ter estrutura e mesmo tema bastante distinto dos três primeiros. Os três primeiros paralogismos claramente fazem afirmações sobre a natureza do eu enquanto pensante. Já o Quarto paralogismo trata da dubitabilidade da existência de objetos dos sentidos externos:

Aquilo cuja existência só se pode inferir como uma causa para dadas percepções tem apenas uma *existência duvidosa*.

Agora, todos os fenômenos externos são de tal tipo que sua existência não pode ser percebida imediatamente, mas apenas inferida como a causa de dadas percepções.

Logo, a existência de todos os objetos dos sentidos externos é duvidosa. (A366-367)

Kant chama essa posição que defende a dubitabilidade da existência dos objetos externos de idealismo problemático:

A esta incerteza denomino a idealidade dos fenômenos externos, e a doutrina dessa idealidade se denomina *idealismo*, em comparação com o qual a afirmação de uma possível certeza dos objetos dos sentidos externos é denominada *dualismo*. (A367)

Por um *idealista* não se deve entender, portanto, aquele que nega a existência dos objetos externos dos sentidos, mas aquele que só não admite que ela seja conhecida através de percepções imediatas, inferindo daí, contudo, que nós nunca poderemos, por meio de toda experiência possível, estar inteiramente seguros de sua realidade. (A369)

A seção dedicada ao Quarto paralogismo na edição A contém uma crítica a esse idealismo problemático que sustenta a impossibilidade de termos certeza da existência das coisas materiais ou espaciais. Como já mencionado, Kant distingue dois sentidos de “fora de nós” e insiste que os objetos empiricamente externos são, tanto quanto os empiricamente internos, transcendentalmente internos e, como tais, representações, sendo sua existência, portanto, tão certa quanto a de nossas representações do sentido interno:

Uma vez, porém, que a expressão “*fora de nós*” traz consigo uma inegável ambiguidade, ora significando algo que se distingue de nós *como coisa em si mesma*, ora algo que pertence apenas ao *fenômeno* externo, distinguiremos então [...] entre os objetos *empiricamente externos*, que denominaremos diretamente coisas *que se encontram no espaço*, e aqueles que poderiam ser denominados externos em sentido transcendental (A373, tradução alterada).

No que diz respeito à realidade dos objetos externos, eu tenho tão pouco a inferir necessariamente quanto no que diz respeito à realidade do objeto de meu sentido interno (meus pensamentos); pois só o que há, de ambos os lados, são representações cuja percepção imediata (consciência) é, ao mesmo tempo, uma prova suficiente da sua realidade. (A371)

Ou seja, ao criticar o idealismo problemático, Kant diz que 1) há dois sentidos de “fora de nós”, empírico e transcendental e 2) os objetos fora de nós em sentido empírico (objetos espaciais) são também meras representações (ou seja, não cabe dizer que existem como coisas em si mesmas distintas de nós). Por isso, diz Kant, temos um realismo *empírico* – a certeza dos

fenômenos externos, que são ditos um tipo de representação – e um idealismo *transcendental* – nada podemos afirmar sobre a existência de algo transcendentalmente externo. Dado isso, é bastante natural ver na crítica kantiana ao Quarto paralogismo na edição A uma tentativa de refutação do idealismo problemático e, com isso, uma prova da certeza da existência dos objetos espaciais. Essa impressão é reforçada na medida em que o diagnóstico geral de Kant é que os silogismos da psicologia racional são paralogismos (contêm um termo equívoco) e dada a distinção entre dois sentidos de externo, parece natural dizer que o termo equívoco identificado por Kant no caso do Quarto paralogismo seria o termo “externo” ou “fora de nós” e que uma “redução” dos objetos externos ao que é transcendentalmente interno é a base da crítica kantiana ao Quarto paralogismo e de uma refutação do idealismo problemático na primeira edição da *Crítica da razão pura*.

A primeira edição da *Crítica* recebeu críticas que o acusavam de um idealismo segundo o qual tudo que existe são representações, acusação que, dada a última passagem citada acima, à primeira vista parece uma acusação muito pertinente. Kant procura, nos *Prolegômenos*, responder a essas críticas feitas na resenha conhecida como Feder-Garve. Nesses trechos, ele se mostra surpreso de ver seu idealismo transcendental, que ele caracteriza como um idealismo formal, identificado ao idealismo que ele chama de material, segundo o qual tudo que existe são seres pensantes e suas representações:

O idealismo consiste na asserção de que não há nada além de seres pensantes; as outras coisas que acreditamos perceber na intuição seriam apenas representações nos seres pensantes, às quais de fato não corresponderiam nenhum objeto situado fora deles. (*Prolog* 4 288-9)⁷

Após essa caracterização, Kant apresenta sua posição:

Admito efetivamente que há corpos fora de nós, isto é, coisas que, embora de todo desconhecidas por nós quanto ao que podem ser em si mesmas, conhecemos pelas representações que sua influência sobre nossa sensibilidade nos provê, e às quais damos o nome de corpos, uma palavra que, portanto, significa não mais do que o aparecimento [ou aparência ou fenômeno] desse objeto que nos é desconhecido, mas não por isso menos real [efetivo, efetivamente existente]. Pode-se chamar isso de idealismo? É o seu exato oposto! (*Prolog* iv 289)

Dada a afirmação kantiana já mencionada, segundo a qual “só o que há, de ambos os lados [interno e externo, portanto também no espaço], são representações” (A371), a surpresa de Kant é que parece surpreendente!⁸

A segunda edição da *Crítica da razão pura* reformula quase toda seção dos Paralogismos. Nessa segunda edição, a crítica ao Quarto paralogismo simplesmente diz que, do fato de eu me distinguir do que me é externo, não se segue que eu poderia existir independentemente do que é externo:

4) Eu distingo minha própria existência como ser pensante das outras coisas fora de mim (às quais também meu corpo pertence): isto é também uma proposição analítica; pois as *outras* coisas são aquelas que penso como *diferentes* de mim. Agora, se esta consciência de mim mesmo é possível sem coisas fora de mim, através das quais me são dadas representações, e se, portanto, eu poderia existir apenas como ser pensante (sem ser um ser humano), isto é algo de que nada sei por meio dessa proposição. (B409)

Como vemos, isso é bastante distinto do que tínhamos na primeira edição.

Além disso, Kant introduz, na segunda edição, uma nova seção, intitulada *Refutação do idealismo*:

Eu só poderia chamar de uma efetiva ampliação, ainda que somente no modo de provar, aquela que fiz à página 275, por meio de uma nova refutação do *idealismo* psicológico e uma rigorosa prova (também a única possível, segundo creio) da realidade objetiva da intuição externa. (BXXXVIII, nota)

Se considerarmos que, na edição A, Kant parecia dizer que a existência dos objetos externos é certa porque o objeto externo é um tipo de representação, e que ele dizia também que não precisamos nem podemos provar a existência algo transcendentalmente externo, pode ser natural acreditar que Kant passou a ver como um problema não ter provado a existência de algo transcendentalmente externo e, ainda assim, pretender ser um realista. Tendo percebido isso, Kant teria introduzido uma nova refutação do idealismo, buscando agora provar a existência de algo *transcendentalmente* externo e deveríamos aceitar que Kant, a partir daí, recusaria suas próprias afirmações na primeira edição. E boa parte da literatura secundária crê ser esse o caso.⁹

Essa impressão, do reconhecimento da necessidade de provar a existência de algo transcendentalmente externo, é também reforçada por algumas notas kantianas posteriores. Mesmo após a publicação da segunda edição, parece que Kant continua, nas chamadas *Reflexões*, retomando argumentos contra o idealismo empírico. E algumas dessas reflexões parecem reforçar a tese de que caberia provar a existência de algo externo em sentido transcendental. Na Reflexão 6312, datada por Adickes como de 1790, após retomar algo próximo do argumento da seção Refutação do idealismo da segunda edição da primeira *Crítica*, onde procura mostrar que a determinação da sucessão temporal das nossas representações depende da representação de algo persistente que, como tal, é espacial, Kant acrescenta:

É essa representação do persistente tem de dever-se ou reportar-se [*geben auf*] àquilo que contém o fundamento da determinação temporal, mas não com respeito à sucessão, pois nisso não há nenhuma persistência; conseqüentemente, o persistente deve “repousar” [*liegen*] no que é simultâneo, ou no inteligível, que contém o fundamento das aparências. (Reflexão 6312 *Rel xvii* 612)¹⁰

No entanto, a questão não é tão simples. Em primeiro lugar, como vimos na passagem do prefácio sobre a introdução da seção Refutação do idealismo, Kant crê que suas alterações e mesmo a adição na segunda edição da nova seção são só uma mudança no modo de provar, o que implicaria que ele não pretende recusar as formulações da primeira edição sobre a impossibilidade de provar a existência de algo transcendentalmente externo.

Além disso, há outras passagens que reforçam a tese de que Kant não pretendeu rever a impossibilidade de prova de algo de algo transcendentalmente externo. Como vimos, mesmo nos *Prolegômenos*, onde Kant está tentando se distinguir do idealismo material, ele parece continuar insistindo que só podemos provar a existência de algo externo em sentido empírico:

Admito efetivamente que há corpos fora de nós, isto é, coisas que, embora de todo desconhecidas por nós quanto ao que podem ser em si mesmas, conhecemos pelas representações que sua influência sobre nossa sensibilidade nos provê, e às quais damos o nome de corpos, uma palavra que, portanto,

significa não mais do que o aparecimento [ou aparência ou fenômeno] desse objeto que nos é desconhecido.
(*Prologomena* iv 289, ênfase minha)

Por essa razão, vários outros intérpretes¹¹ leem as alterações kantianas subsequentes como motivadas por outras razões e não implicando uma recusa do apresentado na crítica ao Quarto paralogismo na primeira edição.

Em artigo anterior,¹² procurei examinar e defender a pertinência e a coerência da argumentação kantiana na crítica ao Quarto paralogismo, procurando mostrar que, ao contrário do que pode parecer, (i) a crítica ao Quarto paralogismo não deve ser lida como uma tentativa de prova da certeza da existência de objetos externos e (ii) o papel da distinção entre dois sentidos de externo não é exatamente o de diagnosticar o termo equívoco no silogismo da psicologia racional. Procurei argumentar em favor da leitura segundo a qual o propósito da crítica ao Quarto paralogismo é mais modesto do que o de uma refutação do idealismo: a intenção de Kant era somente refutar *um fundamento específico* para a afirmação da impossibilidade de demonstrar a existência de objetos empiricamente externos, a saber, uma certa assimetria entre nosso acesso a nós mesmos como objeto do sentido interno e a objetos do sentido externo.¹³ Claro, é importante ressaltar que evitar a confusão entre empiricamente externo e transcendentemente externo é relevante no contexto da crítica ao Quarto paralogismo, pois o caráter transcendentemente interno dos objetos empiricamente externos foi sempre, para Kant, uma condição *necessária* da possibilidade da certeza da existência de objetos empiricamente externos. Mas isso não significa que ele tenha jamais pretendido que esse caráter transcendentemente interno seja o fundamento suficiente para distingui-lo de um idealista material.¹⁴

Mas qual seria, então, o fundamento pelo qual Kant pretende se distinguir do que ele chama de idealista material? Gostaria aqui de sustentar que é algo que estava *suposto* na primeira edição da primeira *Crítica* e que só é explicitamente tematizado na segunda edição, a saber, *a dependência do sentido interno em relação ao sentido externo*.¹⁵ Creio que provar essa dependência foi tudo que Kant pretendeu com a seção introduzida na segunda edição, intitulada Refutação do idealismo. Mesmo sem procurar reconstruir e justificar aqui essa leitura, pode ser útil comentar a seguinte passagem, que Kant acrescenta após pretender ter mostrado que a determinação da minha existência no tempo depende da representação de algo permanente:

a representação de algo *persistente* na existência não é idêntica à *representação persistente*; pois esta pode, como todas as nossas representações – inclusive as da matéria –, ser bastante mutável e cambiável, e se refere todavia a algo persistente que tem de ser, portanto, uma coisa externa e distinta de todas as minhas representações. (B xli)

Gostaria de ressaltar que essa formulação é perfeitamente compatível com tratar-se aqui sempre de mostrar a existência de algo distinto de todas as minhas representações *em sentido empírico*, isso é, a dependência do sentido interno em relação a *representações* do sentido externo e, por isso, em relação a algo espacial, uma vez que o espaço é a forma do sentido externo. O persistente seria, então, sempre algo no espaço e, como tal, transcendentemente interno. Tentarei explicar na sequência por que isso não implica uma renúncia a uma refutação do

idealismo. Por ora, observo somente que o próprio teorema tal como enunciado pretende tratar da existência de algo *no espaço*, portanto, algo *empiricamente* externo: “*A mera consciência de minha própria existência, empiricamente determinada, prova a existência dos objetos no espaço*”. (B 275)

Além disso, mesmo nos *Prolegômenos*, onde Kant estava preocupado em distinguir-se de um idealismo que ele chamou de material, ele continua insistindo que não podemos fazer distinção entre coisas em si:

Que a nossas percepções externas não apenas corresponde, mas deve corresponder alguma coisa real fora de nós não pode, do mesmo modo, jamais ser provado para uma conexão das coisas em si mesmas, mas pode muito bem sê-lo para os propósitos da experiência. (*Prol* iv 336)

Isto é, a única coisa que Kant insiste ser possível fazer, mesmo nessa passagem na qual procura se contrapor ao idealismo material, é provar um dualismo *empírico*.

Antes de procurar indicar de que modo esse dualismo empírico pode ser um realismo, é necessário qualificar em que sentido a certeza da existência de objetos do sentido externo é ou não imediata.

IMEDIATIDADE/MEDIATIDADE DO OBJETO DO SENTIDO EXTERNO

Consideremos mais uma vez o texto do Quarto paralogismo na primeira edição:

Aquilo cuja existência só se pode inferir como uma causa para dadas percepções tem apenas uma *existência duvidosa*.

Agora, todos os fenômenos externos são de tal tipo que sua existência não pode ser percebida imediatamente, mas apenas inferida como a causa de dadas percepções.

Logo, a existência de todos os objetos dos sentidos externos é duvidosa. (A366-367)

A maior, segundo Kant, em todos os paralogismos é sempre absolutamente verdadeira. A menor, dados os dois sentidos de externo ou fora de nós, tem duas versões. Simplificando, teríamos o seguinte:

Maior: Só o imediatamente percebido é indubitável quanto à existência

Menor a: Os objetos empiricamente externos não são imediatamente percebidos.

Menor b: Os objetos transcendentemente externos não são imediatamente percebidos.

Segundo Kant, a primeira versão da menor é falsa e a segunda, verdadeira. Como a Menor a é falsa, a conclusão desejada pelo psicólogo racional (e, no caso em questão, pelo idealista problemático), a saber, a dubitabilidade da existência dos objetos empiricamente externos, não se segue e, com isso, esse alegado fundamento de dúvida quanto à existência dos objetos espaciais é eliminado. Quanto à versão b da menor, sua verdade, associada à verdade da maior, implica a impossibilidade, segundo Kant, de provar a existência de algo transcendentemente externo. Cada uma dessas teses - a saber, (i) “Os objetos empiricamente externos são imediatamente

percebidos” (negação Menor a) e (ii) “A existência de objetos transcendentemente externos é dubitável” (corolário da maior com a Menor b) deixa problemas em aberto. O problema ensejado pela verdade da segunda versão é em que sentido, aceito o corolário, Kant pode ainda pretender-se um realista (esse é o tópico central desse artigo e será tratado na próxima seção). Antes, contudo, é necessário algum esclarecimento sobre a tese da imediatidade da percepção de objetos espaciais.

Embora, para Kant, exista um sentido no qual podemos dizer que os objetos empiricamente externos são imediatamente percebidos, isso obviamente *não* pode significar que, sempre que temos uma representação de algo espacial, estamos percebendo um objeto espacial, o que é evidentemente refutado por ilusões ou alucinações. Em razão disso, diz Kant, são necessárias *leis empíricas* para saber qual a causa de uma determinada representação:

A partir de percepções, contudo, o conhecimento dos objetos pode ser engendrado ou através de um mero jogo da imaginação, ou por meio da experiência. É podem surgir então, certamente, representações enganosas a que os objetos não correspondem, e nas quais o engano pode ser atribuído ora a uma fantasia da imaginação (no sonho), ora a um passo falso da faculdade de julgar (nas assim chamadas ilusões dos sentidos). Para, pois, fugir aqui à falsa aparência, deve-se proceder segundo a regra: *o que se concatena com uma percepção segundo leis empíricas é efetivo.* (A376, tradução modificada)

Por que isso não implica que a *existência* de um objeto externo como causa de uma *representação* de um objeto externo é meramente inferida e, portanto, dada a verdade absoluta da premissa maior, duvidosa? Como compatibilizar essa afirmação com a insistência em objetos do sentido externo serem, assim como os do sentido interno, imediatamente percebidos? Temos que explicar por que, embora devamos dizer que só por leis empíricas podemos determinar se a causa de uma representação é ou não um objeto externo, podemos, ainda assim, dizer que temos percepção imediata de objetos externos.

Gostaria de sustentar que, segundo Kant, (i) a certeza de que há uma folha de papel na minha frente é obtida por uma *inferência* do efeito para a causa, (ii) esta inferência (de minha representação agora desta folha de papel para a conclusão de que de fato há uma folha de papel que eu percebo) é *legítima* mas, por outro lado, (iii) a necessidade de uma inferência para garantir que a causa de minha representação seja de fato neste caso uma folha de papel *não* implica (iv`) que eu *não tenha* percepção imediata da folha de papel (caso de fato a folha de papel tenha engendrado minha representação da folha de papel) nem que (iv`) a certeza da existência das coisas espaciais *em geral* é conclusão de uma inferência que depende de leis empíricas.¹⁶

Os casos de alucinação ou mesmo casos mais simples do que chamamos de ilusões perceptivas deixam claro que a certeza da existência de *um certo objeto particular do sentido externo* depende de inferências de representações para sua causa. Se “vemos” diante de nós uma faca que aparece subitamente e se sustenta sozinha no ar, usamos leis empíricas para descartar que a causa dessa “percepção” da faca seja uma faca e não concluímos pela existência da faca. E, de outro lado, quando temos uma, digamos, situação normal, é por meio de leis empíricas que inferimos a existência de certas coisas conforme sua relação mais ou menos direta com a sensação, conforme nos ensina o segundo postulado da experiência (cf. B265ss).

Em resumo, a legitimidade da inferência está baseada no fato que, graças a leis empíricas, *podemos determinar* o que causou uma determinada representação. Tal determinação, por utilizar leis empíricas, terá a necessidade e universalidade próprias do que depende de leis *empíricas*, mas nem por isso é ilegítima. Graças a essas leis empíricas, podemos determinar quando a causa de uma representação de um objeto externo é efetivamente o objeto e, com isso, determinamos que a representação em questão é efetivamente uma percepção de algo externo.

Por outro lado, a prova da existência de objetos do sentido externo em geral não seria dependente dessa inferência. Isso é fortemente sugerido por uma passagem da Reflexão 6313, estimada de 1790-1791: “Agora, não é necessário que possamos dar uma característica geral segura para cada objeto de sentido externo e efetividade, mas é suficiente ter demonstrado que há um sentido externo. (Ref xviii 613-4)”.¹⁷

Assim, a certeza da existência de objetos *particulares* do sentido externo depende de inferências de efeito para causa, que devem ser feitas de acordo com os princípios da experiência possível. Se é assim, a existência de quaisquer objetos externos particulares nunca será *absolutamente* indubitável. Como concede Kant, “também Descartes, com razão, limitava toda percepção, *no sentido mais estrito*, à proposição “eu (como um ser pensante) sou” (A367, ênfase minha). Mas se essa percepção no sentido mais estrito depende de termos também *alguma* percepção externa e essa depende da afecção por coisas no espaço, então a certeza da existência de objetos do sentido externo *em geral* não é feita por uma inferência de efeito para causa. Para essa última certeza, basta demonstrar que *há* um *sentido externo*. Com isso, a existência de *algo* material é tão indubitável quanto de meus estados.

Assegurado que há um sentido externo, então quando, via leis empíricas, determinamos que a causa de uma representação é um objeto externo, o que determinamos é que a representação em questão *é efetivamente* uma percepção externa. Sendo efetivamente uma percepção externa, o objeto é imediatamente percebido. Ou seja, a inferência é necessária para determinar que se trata de uma percepção externa (e não de uma alucinação, sonho ou ilusão), mas isso não implica que, quando se trata de uma percepção externa, não exista a percepção imediata do objeto externo.

No entanto, como visto, tudo isso depende da suposição de efetivamente haver um sentido externo. E onde Kant demonstra que há um sentido externo? A crítica ao Quarto paralogismo, como vimos, usa sem procurar justificar afirmações sobre a dependência de fantasias da imaginação ou ilusões empíricas em relação a alguma percepção externa. Já na segunda edição, a dependência do sentido interno em relação a um externo é claramente explicitada e defendida.¹⁸

Feito esse esclarecimento sobre a imediatidade da percepção externa, vejamos de que modo essa relação sempre entre os sentidos empírico de interno e externo poderia ser uma base para uma refutação do idealismo, isto é, de que modo esse dualismo empírico seria suficiente para um realismo peculiar, mas não irrelevantemente distinto do que Kant chama de idealismo material.

DUALISMO EMPÍRICO E REFUTAÇÃO DO IDEALISMO

Consideremos, mais uma vez, as premissas do idealista problemático:

Maior: Só o imediatamente percebido é indubitável quanto à existência

Menor: Os objetos externos não são imediatamente percebidos.

Lembremos que a premissa maior, que é sempre absolutamente verdadeira, diz que só o que é imediatamente percebido é indubitável quanto à existência. Por outro lado, lembremos como Kant caracteriza o que é externo de um ponto de vista transcendental: “algo que existe *como coisa em si mesma* distinta de nós” (A373, tradução modificada¹⁹). Assim, para o transcendentalmente externo, teríamos o seguinte:

Maior: Só o imediatamente percebido é indubitável quanto à existência

Menor b: Os objetos transcendentalmente externos não são imediatamente percebidos.

Ora, Kant concede que só fenômenos, não coisas transcendentalmente externas, podem ser objeto de percepção imediata, jamais algo transcendentalmente externo. Portanto, devemos aceitar que a existência de algo transcendentalmente externo é dubitável? Se sim, como então não concluir que Kant está aqui dizendo que é possível, em última análise, que tudo que existe é o sujeito e suas representações? E, se é assim, como, nesse caso, distinguir essa posição do que ele chama de idealismo material?

A solução para esse problema que gostaria de apresentar depende de lembrar em que consiste o “eu” ou o sujeito de representações (pelo menos do ponto de vista da razão teórica): o objeto do sentido interno.²⁰ Dada a caracterização kantiana de um ser pensante como objeto das determinações do *sentido* interno e aceita a dependência do sentido interno em relação a representações do sentido externo, a suposição de que tudo que exista são seres pensantes como nós²¹ me parece absurda. Ela é absurda pois, em primeiro lugar, não dispomos sequer de um significado com utilização possível para o que seria um “ser pensante *em si mesmo*”.²² O que para nós é objeto do sentido interno é, como tal, fenômeno. Como, além disso, esse fenômeno do sentido interno é *dependente* do fenômeno do sentido externo (já que o sentido interno depende do sentido externo), é inconcebível que talvez tudo que exista seja só o eu pensante e suas determinações.²³

A dificuldade apontada acima, sobre como explicar que Kant sustente que toda existência que podemos provar como distinta de nós é a do que é distinto em sentido empírico, sendo que esse “fora de nós” em sentido empírico é também mera representação, e pretenda, ao mesmo tempo não ser identificado com um idealista que sustenta que talvez tudo que exista sejam seres pensantes e as suas representações foi, como já mencionado, objeto de consideração por parte de Kant em sua tentativa de responder à chamada “Resenha Feder-Garve” nos *Prolegômenos*. Retomamos a seguinte passagem:

Admito efetivamente que há corpos fora de nós, isto é, coisas que, embora de todo desconhecidas por nós quanto ao que podem ser em si mesmas, conhecemos pelas representações que sua influência sobre nossa sensibilidade nos provê, e às quais damos o nome de corpos, uma palavra que, portanto, significa não mais do que o aparecimento [ou aparência ou fenômeno] desse objeto que nos é desconhecido, mas não por isso menos real [efetivamente existente]. (*Prol* iv 289; tradução modificada)

Como já vimos, a passagem combina a insistência quanto à realidade (ou existência ou efetividade (*Wirklichkeit*)) desse fundamento que nos aparece como corpos com a reiteração da afirmação de que não conhecemos nada das coisas em si mesmas que para nós nos aparecem como corpos. O ponto que gostaria de ressaltar aqui é que Kant não combina somente a afirmação da certeza da existência dos corpos com a absoluta incognoscibilidade de seu fundamento como coisa em si. Ele insiste igualmente na incognoscibilidade do fundamento do objeto do sentido *interno*. Consideremos as seguintes passagens:

[...] estou, por meio dos aparecimentos [fenômenos] externos, tão consciente da realidade dos corpos enquanto aparecimentos externos no espaço como estou, por meio da experiência interna, consciente da existência, no tempo, de minha *alma*, a qual conheço apenas como um objeto do sentido interno por meio de aparecimentos que constituem um estado interno, e cujo ser em si mesmo, que subjaz a esses aparecimentos, me é desconhecido. (*Prol* iv 336; grifo meu)

Assim, encontramos nesses textos base para sustentar a posição segundo a qual, embora não possamos falar em uma distinção entre *duas coisas em si* (o fundamento transcendental de nós mesmos e o fundamento transcendental dos corpos), devemos distinguir (i) dois tipos de *fenômenos* (eu enquanto ser pensante e os corpos) e, mais importante, (ii) eu enquanto ser pensante (pelo menos tal como conhecido pela razão teórica) e o *fundamento transcendental desconhecido* (mas efetivamente existente) que pode aparecer, fenomenicamente, como ser pensante ou como corpos. Assim, diante da pergunta: mas não será possível que tudo que exista sejam seres pensantes e suas representações? Para Kant, não, uma vez que seres pensantes, pelo menos tais como nos conhecemos pela razão teórica, são um modo de aparecer de um fundamento desconhecido que depende de um modo de aparecer como corpos de um fundamento desconhecido. Assim, não poderia haver só seres pensantes e suas representações. Sobre o fundamentamento inteligível de corpos e seres pensantes, nada podemos saber, mas a suposição de só haver seres pensantes e não corpos seria, para Kant, absurda.

Como último passo, gostaria de retomar uma reflexão já citada acima, que parecia sugerir fortemente que a refutação do idealismo depende da prova da existência de algo externo em sentido inteligível:

E essa representação do persistente tem de dever-se ou reportar-se [*geben auf*] àquilo que contém o fundamento da determinação temporal, mas não com respeito à sucessão, pois nisso não há nenhuma persistência; consequentemente, o persistente deve “repousar” [*liegen*] no que é simultâneo, ou no inteligível, que contém o fundamento das aparências. (Reflexão 6312 *Rel* xvii 612)

A passagem diz que a persistência deve estar ou “repousar” em algo que é simultâneo, ou no inteligível, sugerindo, portanto, que o permanente é externo não só em sentido empírico, mas também inteligível ou transcendental. No entanto, será que devemos ou mesmo podemos

identificar inteligível com transcendental? Ora, é impossível que o transcendentalmente externo seja *persistente* ou *simultâneo*, já que o tempo não pertence às coisas em si mesmas. Ou melhor, não pertence às coisas em si mesmas *enquanto* coisas em si mesmas. Mas o tempo pode ser dito o *modo de aparecer* de um fundamento inteligível. Assim, talvez tudo que Kant esteja dizendo é simplesmente que não é possível que tudo seja *representação* do sentido interno, mas que deve haver um fundamento inteligível, irreduzível ao *empiricamente interno*, algo que não é nem empiricamente interno nem empiricamente externo. Mas sobre se esse fundamento do empiricamente externo é transcendentalmente distinto do fundamento inteligível do empiricamente interno, sobre isso nada podemos dizer.²⁴

Isso parece compatível e reforçado justamente por considerações kantianas na crítica ao Quarto paralogismo na primeira edição:

Caso se pergunte, agora, se, de acordo com isso, apenas o dualismo tem lugar na doutrina da alma, a resposta é: certamente!, mas apenas em sentido empírico; i. e., na concatenação da experiência a matéria é realmente dada ao sentido externo, como substância no fenômeno, do mesmo modo como o eu pensante é dado, também como substância no fenômeno, ao sentido interno; e, segundo as regras que essa categoria introduz na concatenação de nossas percepções, tanto externas como internas, para constituir uma experiência, os fenômenos também têm de ser conectados entre si em ambos os lados. Caso se queira, no entanto, como costuma ocorrer, ampliar o conceito de dualismo e tomá-lo em sentido transcendental, então nem ele nem o pneumatismo, que lhe é contraposto de um lado, ou o materialismo, que lhe é contraposto de outro, teriam o mínimo fundamento, já que se erraria na determinação dos próprios conceitos e se tomaria a diversidade dos modos de representar os objetos, que permanecem desconhecidos para nós quanto ao que sejam em si mesmos, por uma diversidade dessas coisas mesmas. Eu, representado no tempo por meio do sentido interno, e os objetos no espaço, fora de mim, somos, de fato, fenômenos inteira e especificamente distintos, *mas nem por isso somos pensados como coisas diferentes*. O objeto transcendental que serve de fundamento aos fenômenos externos, do mesmo modo como aquilo que serve de fundamento à intuição interna, não é nem matéria nem um ser pensante em si mesmo, mas um fundamento, para nós desconhecido, dos fenômenos que fornecem o conceito empírico tanto do primeiro como do segundo modo de representação. (B379-80, ênfase alterada)

Em resumo, o dualismo de objetos *empíricos* é base suficiente para Kant pretender distinguir-se de um idealista material se lembrarmos que objetos do sentido *interno* também não são coisas em si mesmas. Ambas as esferas, objetos do sentido interno e objetos do sentido externo são modos de aparecer de um fundamento inteligível e incognoscível. Assim, não faz sentido, para Kant, falar em redutibilidade das coisas em si mesmas a meras representações no sentido de estados de um sujeito de representação.

Resumo: Na primeira edição da *Crítica da razão pura*, Kant, respondendo ao que ele chama de idealismo problemático (que sustenta a impossibilidade da certeza da existência de coisas fora de nós), distingue dois sentidos de “fora de nós”, transcendental e empírico: algo transcendentalmente externo ou fora de nós seria algo que existe como coisa em si mesma distinto de nós; algo empiricamente externo ou fora de nós é algo no espaço. A segunda edição da *Crítica* introduz uma nova seção intitulada Refutação do idealismo que, segundo alguns autores, teria de ser lida como a prova da existência de algo transcendentalmente externo. Procuro sustentar aqui que a peculiaridade da posição kantiana é a tese segundo a qual os objetos espaciais são “representacionais” em um sentido e “extra-representacionais” em outro: objetos espaciais não podem ser ditos externos em sentido transcendental, mas são, por outro lado, “extra-representacionais”, por serem empiricamente externos e, portanto, *irreduzíveis* a determinações do sentido interno). Procuro mostrar também que, se levarmos em conta a *idealidade* do sentido *interno*, há um sentido no qual esse realismo empírico pode ser propriamente chamado de uma posição *realista*, compatível com impossibilidade de prova da existência de algo transcendentalmente externo.

Palavras-chave: realismo empírico, idealismo transcendental, refutação do idealismo

Abstract: In the first edition of the *Critique of Pure Reason*, Kant, criticizing what he calls problematic idealism (which holds that it is impossible to be certain of the existence of things outside of us), distinguishes between two senses of “outside us”, transcendental and empirical: something transcendently external or outside us is something that exists as a thing in itself distinct from us; something empirically external or outside us is something in space. The second edition of the *Critique* introduces a new section entitled Refutation of Idealism which, according to some authors, should be read as an attempt to prove of the existence of something transcendently external. I try to show here that the peculiarity of Kant’s position is the thesis according to which spatial objects are “representations” in one sense and “extra-representational” in another sense: spatial objects cannot be said to be transcendently external, but they are, on the other hand, “extra-representational” because they are empirically external and therefore irreducible to determinations of inner sense. I also try to show that, if we take into account the ideality of the *inner* sense, there is a sense in which this empirical realism can properly be called a realist position compatible with the impossibility of proving the existence of something transcendently external.

Keywords: empirical realism, transcendental idealism, refutation of idealism

REFERÊNCIAS / REFERENCES:

- ALMEIDA, G. A. de. (2013). “Refutação do idealism II”. *Analytica*. Vol. 17, No. 2. Rio de Janeiro, pp. 13-50.
- ALTMANN, S. “Propósito e estrutura do quarto paralogismo”. *Analytica*. V. 1, n. 1 (2017), p. 85-121
- BEISER, F. C. (2002). *German Idealism: the struggle against subjectivism – 1781-1801*. Harvard University Press.
- CARANTI, L. (2007). *Kant and the scandal of philosophy: the Kantian critique of Cartesian skepticism*. Toronto University Press, Toronto/Bufalo/London.
- EDMUNDS, D. (2010). “The refutation of idealism and the distinction between phenomena and noumena”. In: Guyer, Paul (ed.). *The Cambridge companion to Kant’s Critique of pure reason*. Cambridge University Press.
- FAGGION, A. (2014). “Kant’s “Self” as a being in the world”. *Analytica*, Vol. 18, N. 2. Rio de Janeiro, p. 65-83.
- GRANDJEAN, A. “Pour l’idéalisme transcendantal”. In: GRANDJEAN, A. *Kant (in)actuel*, Paris, Puf (2024 (no prelo)).
- GUYER, P. ‘Kant’s Intentions in the Refutation of Idealism.’ *Philosophical Review* 92 (1983): 329-83.
- HEIDEMANN, D. “Material dependence and Kant’s refutation of idealism”. *Topoi* (2023) 42: 21-34.
- KANT, I., *Kants Werke*, Ed. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin, Georg Reimer, 1902 em diante <Akademie Text-Ausgabe, Berlin, Walter de Gruyter & Co.>.
- Traduções utilizadas nas citações:
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad.: Fernando Costa Mattos. Ed. Vozes. 2012
- KANT, I. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*. Trad.: José Oscar de Almeida Marques. Ed. Estação Liberdade. 2014
- KLOTZ, C. (2008). “As concepções kantianas do ceticismo acerca do mundo externo nas duas edições da Crítica da razão pura”. *Studia Kantiana*, Vol. 6, N. 7. Rio de Janeiro, pp. 121-134.
- LONGUENESSE, B. (2008). “Kant’s ‘I think’ versus Descartes’ ‘I am a thing that thinks’”. In: Longuenesse, B. & Garber, D. (eds.). *Kant and the ealy moderns*. Princeton, Princeton University Press.
- REGO, P.C. “Kant contra o silogismo da idealidade: notas sobre a Refutação de 1781”. *Estudos kantianos*, v. 5, p. 305-320, 2017
- REGO, P. C. “Idealismo e refutação do idealismo na filosofia crítica de Kant”. *Kriterion* (UFMG), v. Liv, p. 63-87, 2013
- REGO, P.C. “Fenomenismo, realismo e as coisas ‘fora de nós’. Kant contra o idealista material”. *Analytica* (UFRJ), V. 17, No. 2, p. 96-118, 2013

NOTAS / NOTES

¹ Este texto procura complementar algumas questões tratadas em outro artigo (ALTMANN, 2017). Por essa razão, é possível que alguns pequenos trechos e notas se sobreponham. A pesquisa da qual este texto resulta contou com apoio de uma bolsa de produtividade em pesquisa CNPq.

² *Silvia Altmann* é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do CNPq e presidente da Sociedade Kant Brasileira, com pesquisa e publicações em especial sobre a filosofia teórica de Kant.

Silvia Altmann is a full professor at the Federal University of Rio Grande do Sul and president of the Brazilian Kant Society, with research and publications in particular on Kant's theoretical philosophy.

³ Rego (2017) p. 329, n. 9.

⁴ O que chamo aqui de “realismo idealista” partilha com o “idealismo realista” a tese segundo a qual, para Kant, “toda externalidade fenomênica e representacional repousa sobre a base de uma existência efetiva extra-representacional”, mas recusa que essa tese dependa da prova de alguma distinção entre coisas em si mesmas. A sugestão de inversão de ordem do rótulo “idealismo realista” para “realismo idealista” deve-se a, digamos, o que é considerado mais fundamental e o que é uma qualificação desse mais fundamental. O rótulo “idealismo realista” parece sugerir que Kant é, antes de tudo, um idealista e, por isso, é necessária uma modulação desse idealismo para distingui-lo do fenomenismo. Procurarei sugerir que, ao contrário, no que diz respeito à existência de algo irredutível a representações, Kant é fundamentalmente um realista, e somente um idealista quanto à forma (como ele mesmo insiste), o que é um modo de qualificar o que é essencialmente um realismo.

⁵ Trata-se de uma sugestão, pois a defesa do que pretendo sugerir dependeria de uma análise exegética cuidadosa de textos kantianos e de tentativas de resposta a importantes reconstruções na bibliografia secundária com interpretações diversas da defendida aqui, como, por exemplo, Almeida (2013), Faggion (2014), Guyer (1987), Klotz (2008), Longuenesse (2008) e Rego (2013 e 2017). O debate em detalhe dos argumentos apresentados por posições diferentes da sugerida aqui extrapola os objetivos deste artigo. Meu objetivo limita-se a apresentar uma alternativa de interpretação, apoiando-a em alguns textos kantianos centrais.

⁶ Como já enfatizado por diversos autores, são representações no sentido de representados e, portanto, segundo Kant, dependentes quanto à forma da faculdade de representação e, por isso, cognitivamente acessíveis, mas nem por isso deixando de ser extra-representacionais no sentido de independentes quando à existência de estados mentais.

⁷ A tradução utilizada (por vezes com a explicitação de alguma alternativa de tradução) é a de José Oscar de Almeida Marques, em KANT, Immanuel. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*. Ed. Loyola.

⁸ Talvez parte da surpresa (de Kant e nossa) seja explicável pelo contexto. Chamando atenção para cruzamentos e alterações no uso de certos termos na época bem como para a importância desse aspecto para a boa compreensão do idealismo transcendental, Antoine Grandjean lembra que o termo “realismo” na Idade Média era usado para contrapor-se ao *nominalismo* (cf. Grandjean, 2024). Se Kant pretendia usar o termo idealismo para contrapor-se a um realismo do tipo que se opõe ao nominalismo, a opção kantiana pelo termo “idealismo” é bastante compreensível, compreensibilidade reforçada se lembrarmos que ele procura esclarecer seu idealismo transcendental dizendo que ele pode ser chamado de idealismo formal (cf. *Prolog Ak iv 337*). Nesse caso, sua surpresa com o rótulo recebido seria análoga à natural surpresa de um nominalista acusado de duvidar da existência de particulares. (É claro que seria somente uma surpresa análoga, dadas as especificidades do idealismo kantiano), mas diferenças de contexto podem ajudar a explicar a surpresa de Kant e a nossa surpresa com a surpresa de Kant.

⁹ Por exemplo, Paul Guyer: “he [Kant] also argued that objects with spatial form *had* to be reduced to what are ontologically merely states of the self, in order to render them safe from doubt” (Guyer, P., 1987, p. 281). Segundo Guyer, Kant, na segunda edição, revestia essa posição. Se bem compreendo, Longuenesse, B. (2008), Almeida, G. (2013), Rego, P. (2013) e Faggion, A. (2014) partilham com Guyer essa convicção de que o argumento da crítica ao Quarto paralogismo, na edição A, teria essa implicação indesejável, ensejando então revisões kantianas na segunda edição. Também parece comum a esses autores o reconhecimento de que uma refutação do idealismo em sentido próprio teria de provar a existência de algo *transcendentalmente* externo ao sujeito (convicção também partilhada por Klotz, C. (2008)). Henry Allison parece sustentar, por um lado, que os argumentos kantianos na crítica ao Quarto paralogismo jamais foram revistos, sendo a própria refutação do idealismo na segunda edição dependente do idealismo transcendental e de afirmações como as da crítica ao Quarto paralogismo, sobre o caráter transcendentalmente interno dos objetos do sentido externo, mas, por outro lado, que considerações sobre a noção de sujeito e sobre o sentido interno teriam de ser acrescidas para termos propriamente uma refutação do idealismo. Não me é totalmente claro, contudo, se, ao afirmar que “Guyer is correct in pointing out that the outer objects we experience under the conditions imposed by our sensibility must be assumed to have an existence in themselves that is ontologically distinct from the self” (Allison, 2004, p. 302), Allison está ou não concedendo a necessidade, para uma refutação do idealismo, de uma prova da existência de algo transcendentalmente externo ao sujeito. Outros autores são explícitos sobre a impossibilidade de provar a existência de algo externo em sentido transcendental, mas reconhecem a necessidade de algum acréscimo ao argumento do Quarto paralogismo, como, por exemplo, Edmunds D. (2010), que sustenta a necessidade do apelo a considerações das analogias para a prova da existência de algo empiricamente externo. A necessidade e a possibilidade da prova de algo transcendentalmente externo é também explicitamente recusada por Beiser, F. (2002) e por Caranti, L. (2007). Embora com algumas diferenças partilho em linhas gerais a interpretação desses dois últimos (embora discordando quanto à crítica kantiana ao Quarto paralogismo conseguir e mesmo pretender ser prova da existência de coisas materiais). Também partilho vários pontos da reconstrução de Heidemann, D. (2023) sobre a estratégia e resultados de Kant tanto na crítica ao Quarto paralogismo quanto na Refutação ao idealismo, embora, como nesse texto pelo menos o autor

não trata explicitamente da questão da distinção entre transcendentalmente interno e externo, eu não tenha clareza sobre eventuais diferenças sobre o ponto mais geral que pretendo expor aqui.

¹⁰ Tradução minha. — Auch muß die Vorstellung des Beharrlichen auf dasjenige gehen, was den Grund der Zeitbestimmung enthält, aber nicht in Ansehung der Succession, denn darin ist keine Beharrlichkeit; folglich nur in dem Zugleich, was Zugleich ist, muß das Beharrliche liegen oder in dem Intelligibeln, welches den Grund der Erscheinungen enthält.

¹¹ Cf. nota 6 acima.

¹² Cf. nota 1 acima.

¹³ Klotz, C (2008) e Heidemann, D. (2023) também parecem sustentar esse propósito limitado da crítica ao Quarto paralogismo na primeira edição.

¹⁴ Um sinal de que Kant jamais pretendeu que a crítica ao Quarto paralogismo fosse uma prova da existência de coisas materiais no espaço é sua afirmação de que lidará ali apenas com o idealismo problemático, deixando para depois a refutação do idealista dogmático (cf. A377). Ora, se Kant pretendesse que o caráter transcendentalmente interno dos objetos espaciais provasse sua existência, o idealista dogmático já estaria refutado.

¹⁵ Heidemann (2023) também insiste sobre esse ponto só entrar na segunda edição como consequência das acusações de idealismo material a Kant e sobre seu caráter central na tentativa de refutação do idealismo na segunda edição. Como evidência de que essa dependência estava suposta na primeira edição temos, por exemplo, o fato de Kant usar sem sugerir qualquer traço de justificativa afirmações como as seguintes: “Mas este material ou real, este algo que deve ser intuído no espaço, pressupõe necessariamente a percepção e não pode ser inventado ou produzido pela imaginação independentemente dela, que é quem indica a realidade de algo no espaço” (A373) de “para refutar o idealismo empírico [...] é já suficiente [...] que mesmo a invenção e o sonho, sem a percepção, não sejam possíveis; e que nossos sentidos externos, segundo os *datis* de que pode surgir a experiência, tenham seu objeto real correspondente no espaço.” (A376-7).

¹⁶ Creio que essas afirmações sejam compatíveis com o que Dietmar Heidemann rotula de “modelo de percepção causal direta de objetos especiais” (Heidemann (2022), p. 25). O intérprete ressalta que tal modelo não é convincente como estratégia anticética e é complementado pela Refutação do idealismo, como também defendo aqui. (Minha única observação é insistir que, por razões mais desenvolvidas em Altmann (2013), o propósito de Kant na crítica ao Quarto paralogismo sempre foi o que é explicitado na sua reformulação na segunda edição, a saber, provar que não podemos provar a independência da nossa alma em relação aos corpos e não provar a existência de coisas no espaço. No entanto, para provar que não podemos provar essa independência, Kant precisou refutar um determinado fundamento para o idealismo. Creio que isso levou a ler a refutação desse determinado fundamento como uma pretensão que Kant nunca teve ali e essa leitura, por sua vez, a ler a Refutação do idealismo introduzida na segunda edição como substituindo a crítica ao Quarto paralogismo na primeira edição, ao invés de explicitando algo não tematizado na primeira edição.

¹⁷ Tradução minha. („Nun wird aber auch nicht verlangt, daß wir von jedem Gegenstande äußerer Sinne und seiner Wirklichkeit ein sicheres allgemeines Merkmal angeben können, sondern es ist hinreichend dargethan zu haben, daß es einen äußern Sinn gebe.“)

¹⁸ Ou seja, independentemente da controvérsia sobre se a Refutação ao idealismo pretende ou não provar a existência de algo transcendentalmente externo, é certo que temos ali uma demonstração de que temos um sentido externo. Ou pelo menos uma tentativa de demonstração (o fato de Kant continuamente retomar argumentos de refutação ao idealismo pode sugerir uma insatisfação com suas tentativas, mas esse ponto não nos interessa aqui).

¹⁹ Tradução modificada: “etwas [...] was als Ding an sich selbst von uns unterschieden existiert”

²⁰ Vou deixar de lado aqui possíveis dificuldades com a consciência de mim mesmo como sujeito transcendental, mas, em resumo, como só conheço minha existência de modo determinado como objeto do sentido interno, no caso de provas de existência (como as que estão em questão quando se trata de refutar o idealismo) é a consciência empírica que é relevante.

²¹ A qualificação “como nós” é importante, pela seguinte razão. Talvez não seja absurdo que só existissem seres pensantes, ou, especialmente, um único ser pensante. Talvez, pois não sei o que poderia contar como *representação* por oposição ao que não é representação, nesse caso. Mas seria absurdo que existissem só seres pensantes cuja matéria do pensamento não pode ser dada por eles mesmos. Sobre esse ponto, conferir a aproximação que Heidemann faz entre o realismo kantiano e a discursividade e finitude do nosso pensamento. (Heidemann (2022) pp. 32ss)

²² Pelo menos não do ponto de vista da razão teórica (novamente, deixando de lado a consciência do “eu transcendental”, cf. nota 16).

²³ Claro, é possível que tudo que exista como coisa em si seja o fundamento transcendental do eu que é também fundamento transcendental dos corpos, mas esse fundamento transcendental não é o eu pensante, sendo o eu pensante, pelo menos tal como conhecido pela razão teórica, um fenômeno desse fundamento transcendental. É importante observar que isso não significa, creio, aceitar o que é chamado de interpretação “duplo-mundista” do idealismo transcendental. Em uma leitura “duplo-mundista” do que estou sugerindo aqui, teríamos três tipos de “entidades”: fundamento intelegível desconhecido, corpos, almas. Em uma leitura “duplo aspecto”, um fundamento intelegível desconhecido (inclusive quanto a quaisquer distinções numéricas) e duas entidades sensíveis, duas manifestações desse fundamento para seres como nós, isto é, aparências ou fenômenos como nossa alma e como corpos. Essa seria uma leitura “duplo aspecto” talvez muito mais metafísica do que vários de seus defensores sustentam, mas ela ainda assim permanece, creio, distinta da leitura de “duplo-mundista”.

²⁴ Nesse sentido o que proponho aqui talvez se aproxime de Luigi Caranti, quando ele afirma que “mesmo para considerar nossa experiência como totalmente alucinatória, teríamos que ir além do mundo da experiência e pensar em algum X desconhecido que seja diferente do que aparece para nós, seja um Gênio do Mal ou alguma outra fantasia filosófica (Caranti, 2008, p. 176, tradução minha)”. E talvez se aproxime também da solução de Dietmar Heidemann, para quem a base última da refutação do idealismo é justamente nossa finitude (Cf. Heidemann, 2022, pp. 32ss). Uma comparação mais detalhada dessas alternativas, contudo, ultrapassa o escopo deste artigo.

Recebido / Received: 05.01.2024

Aceito / Accepted: 31.01.2024